

Mário Goulart Maia defende sua indicação ao CNJ

Recentemente aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado para ocupar vaga no Conselho Nacional de Justiça, o cearense Mário Goulart Maia defendeu sua indicação em [entrevista](#) concedida à *Revista Ceará*.

Sergio Amaral/STJ



Ministro Napoleão Nunes Maia se aposentou no STJ em dezembro
Sergio Amaral/STJ

Mário é filho do ministro recém-aposentado do Superior Tribunal de Justiça, Napoleão Nunes Maia. Por isso, sua indicação foi contestada pela Associação dos Servidores do CNJ, em ação no Supremo Tribunal Federal cuja liminar em mandado de segurança foi indeferida.

Membros da Associação Nacional para a Defesa da Magistratura também ingressaram com ação popular para suspender a aprovação do advogado. As críticas vão de suposto nepotismo na indicação à falta de experiência de Mário Goulart Maia como advogado.

"É difícil medir a vida de uma pessoa apenas pelo tempo em que tenha a carteira da Ordem dos Advogados. Eu admiro plenamente a advocacia, mas entendo que a atividade jurídica e de bacharel não se resume ao exercício da advocacia. Meu trabalho no Tribunal de Justiça e na Procuradoria de Justiça foi essencialmente de natureza jurídica e sempre nessa área", destacou em entrevista à *Revista Ceará*.

Mário explicou que, após formado, ficou longe da advocacia por opção pessoal e "na certeza de dar toda a tranquilidade ao meu pai (que é juiz desde que me entendo por gente)". Com a aproximação de sua aposentadoria em dezembro de 2020, ele decidiu ingressar no mercado. E justamente por isso,

afirma que não há nepotismo na indicação ao CNJ.

"O juiz Napoleão Maia, que em tese teria me prestigiado, não é parlamentar, não escolhe os representantes da Câmara para o CNJ e, para piorar, sequer será juiz quando a vaga do CNJ ocorrer, sendo que a vaga, se por mim preenchida, só terá posse em 2021. Eu pergunto, isso é nepotismo? Em nenhum lugar seria nepotismo", defendeu.

Date Created

25/12/2020